

«LEAL CONSELHEIRO». ITINERÁRIO DO MANUSCRITO

Maria Helena Lopes de Castro

As duas obras de D. Duarte – *o tratado que se chama Leal Conselheiro*¹ e o *Livro da ensinança de bem calvagar toda sela* – estão agrupadas num códice pertencente à Biblioteca Nacional de Paris, onde tem, actualmente, a cota «Portugais 5». Se o autor redigiu todo o texto do *Leal Conselheiro* e o escreveu do seu próprio punho, como afirma logo no início – «desi porque de minha mão foi todo primeiro scripto tirando as cousas de fora em el traladadas» (fols. 3r e v) –, o manuscrito existente na Biblioteca Nacional de Paris não é o autógrafo, não se sabe onde foi copiado, nem por quem, é provável que tenha sido a única cópia jamais feita daquele texto² e, até hoje, ninguém pôde justificar, correctamente, a sua presença naquela Biblioteca, nem apontar quais as etapas da sua eventual «viagem»³.

Não me foi possível fazer a identificação do *scriptorium* nem do copista, mas julgo poder apresentar uma hipótese verosímil quanto às causas da presença do códice em Paris e o seu consequente desconhecimento até ao século XIX.

Do *Leal Conselheiro* existem três edições que nos merecem atenção e respeito. As duas primeiras são do século XIX, a da Typographia Rollandiana e a de José Inácio Roquete; e a terceira, de Joseph Maria Piel⁴. Tanto a primeira como a segunda foram feitas a partir do manuscrito e a última, a partir de fotografias realizadas na Biblioteca Nacional de Paris. J. M. Piel, na introdução à sua edição, deixa-nos supor não só que quem descobriu o manuscrito em Paris foi o Visconde de Santarém – que prefacia a edição de Roquete –, mas também que a edição Rollandiana é de autor desconhecido. Porém, a realidade é bem diferente.

Inocêncio Francisco da Silva, no seu *Diccionario Bibliográfico Português*⁵, ao comentar a edição de Roquete do *Leal Conselheiro*, afirma: «Do que se diz no prólogo desta edição parece concluir-se que fora o Visconde de Santarém o primeiro que ali descobrira a existência do *Leal Conselheiro*; porém isto não é

exacto. Já em 1804 o Abade Correa estando em Paris, deparou com o manuscrito que o continha, como se vê de uma carta que o mesmo abade escreveu a António de Araujo (...) documentos que em seu poder conserva o sr.º M. B. Lopes Fernandes e que fez publicar na Revista Universal Lisbonense, vol. III da 1.ª serie (1843) artigo 299 (sic)»⁶. E prossegue: «Por mandado de Araujo o sobredito abade fez extrair uma cópia, mas por motivo ignorado⁷ em vez de a remeter guardou-a consigo até que, por seu falecimento em 1823, sua irmã a ofereceu à Academia Real das Ciências onde julgo que existe ainda manuscrita»⁸. O mesmo Inocêncio, na mesma obra e igualmente na p. 204, esclarece-nos quanto ao anonimato da edição Rollandiana: «Ao tempo em que se tratava de dar à luz em Paris o *Leal Conselheiro* [refere-se à edição de Roquete], o livreiro impressor Rolland cuidava de fazer, por sua parte, igual publicação, a qual, todavia, só veio a realizar no ano seguinte; serviu-se para esta da cópia que generosamente lhe facilitou o sr.º Barão de Vila Nova de Foz-Coa, por ele próprio extraída em 1830 do intitulado manuscrito original»⁹.

Pelos comentários feitos nos prefácios das citadas três edições do *Leal Conselheiro* que se referem ou ao desconhecimento da obra, ou à duvidosa justificação da sua presença em Paris, somos inclinados a aceitar que ela tenha saído de Portugal muito cedo e retirada antecipadamente do *scriptorium* onde ainda estaria em fase de acabamento¹⁰.

A *Notícia do Manuscrito* que serve de prefácio à edição da Typographia Rollandiana diz o seguinte¹¹: «De todos os auctores Portuguezes de que temos notícia e que pudemos consultar, os primeiros que escrevêrão com mais individuação, sobre as obras do Sr. D. Duarte, forão os dous chronistas contemporaneos, Fr. Bernardo de Brito e Duarte Nunes de Leão». O primeiro nos seguintes termos: «Escreveo [o Sr. D. Duarte] alguns tratados por muito bom estilo, em particular do fiel conselheiro, do bom governo da Justiça, de que eu vi uns grandes fragmentos em um livro pequeno, e mui antigo, e da Misericórdia, que naquelle tempo forão tidos em grande estima (...) deixou um livro de bem cavalgar e domar bem um cavallo»¹².

Do segundo afirma: «Duarte Nunes de Leão, no cap. XIX¹³ da Chronica daquelle monarcha diz: ‘Na língua latina escreveo alguns livros de coizas moraes, e entre elles um tratado do regimento da Justiça e dos officiaes della, de que uma parte se vê ainda na Casa da Supplicação. Escreveo outro tratado dirigido à Rainha sua mulher, cujo título era do *Leal Conselheiro*. Fez outro livro para os homes que andão a cavallo, em que parece daria alguns preceitos de bem cavalgar e governar os cavallos’».

E o comentário prossegue, dirigindo algumas críticas a Frei Bernardo de Brito como, por exemplo, não declarar se o «livro pequeno e mui antigo» a que se refere era impresso ou manuscrito, mas não se preocupando muito com a adulteração do nome da obra de D. Duarte, passando, em seguida, a comentar o segundo autor: «Duarte Nunes de Leão, ao qual devemos o saber que o Regimento da Justiça era escrito em latim, o que Frei Bernardo de Brito nos tinha deixado ignorar, não é muito mais explícito do que elle; pois sendo não menos hábil chronista que philologo, fala comtudo bem ligeiramente de um livro que já no seu tempo devia ser precioso, ao menos pela antiguidade e pelo auctor»¹⁴. Mais adiante, depois de referir a descoberta de João Franco Barreto na livraria da Cartuxa de Évora de grande número de obras de pequena extensão da autoria do monarca português, cujos títulos virão a ser mais tarde copiados por D. António Caetano de Sousa, nas *Provas da História Genealógica*, conclui esta referência aos autores, seus comentários e erros: «Seja como for, o certo é que os vários escritores que seguindo a auctoridade de Brito, fizeram menção daqueles tratados, convierão que de todos elles nada se sabia que existisse já naquelles tempos, isto é, anteriores à descoberta de João Franco Barreto: e tendo nós encontrado na riquissima Bibliotheca Real dos manuscritos de Paris o Códice n.º 7007 contendo as duas obras mais consideráveis do Sr. D. Duarte, julgamos que fazemos bom serviço dando à luz este precioso monumento da nossa antiga litteratura Portuguesa»¹⁵.

Imediatamente a seguir descreve o códice, dizendo, depois de se referir à qualidade do pergaminho, ao número dos seus fólhos, à escrita e à encadernação: «O manuscrito que, elle contem é evidentemente uma cópia porém feito com a maior perfeição e luxo»¹⁶.

E é no fim desta descrição que nos é dada a informação quanto à presença das duas obras em Paris: «Perguntado o Bibliothecário, por quem isto escreve, se por ventura este ou outros preciosos manuscritos que se achão na Bibliotheca seriam do espólio do Sr. D. António, Prior do Crato; ou se existia alguma memória do modo por que delles se fizera aquisição»¹⁷; respondeo que nenhuma notícia havia, mas que tendo Colbert, quando quiz formar esta Bibliotheca, escrito a todos os agentes diplomáticos e consulares da França, para que comprassem todos os livros e manuscritos raros das nações em que residiam, era natural que elles fossem adquiridos por essa ocasião e remetidos para Paris, pelos agentes da França em Portugal»¹⁸.

O Visconde de Santarém que prefacia a edição de José Inácio Roquette diz, na p. VI: «Segundo o Abade Barboza, das muitas obras deste Príncipe não existirão em Portugal senão dez»¹⁹, as que se conservarão na Cartuxa d'Évora em um Mns., com o título de *Memorias Varias*, e os Tratados, e obras de maior

extensão, e importância, perderão-se de todo, restando-nos somente delles a lembrança nos títulos. Entre as produções do Senhor Dom Duarte as que por muito tempo se julgarão perdidas erão justamente as mais importantes e que hoje aparecem pela primeira vez à luz, a saber o *Leal Conselheiro* e o *Livro da Ensynança de bem cavalgar toda sella*, trasladadas fielmente do magnífico códice 7007 da Bibliotheca Real de Pariz²⁰.

«Para provarmos que estas importantes obras, que hoje saem ao público, não eram conhecidas dos nossos escriptores, referiremos aqui o que acerca d'ellas dizem os mais célebres.

«Ruy de Pina, com ser tão próximo da época d'el Rei Dom Duarte, falla d'um modo tão vago e tão superficial das obras d'este monarca que dá bem a conhecer que nunca as vio; e até foi muito injusto a seu respeito, pois diz: 'Sommente foi grammático e algum tanto lógico'».

O Visconde de Santarém não deve ter feito uma consulta absolutamente correcta porque, na realidade, o que o cronista diz é o seguinte: «foi homem sesudo e de claro entendimento, amator de sciência de que teve grande conhecimento, e não por descurso d'escolas, mas por continuar d'estudar e ler por bons livros: ca somente foi grammático e algum tanto lógico; fez um livro de Regimento para os que costumarem andar a cavallo; e compoz por si outro aderençado à Rainha Dona Leonor, sua mulher, a que intitidou o *Leal Conselheiro*, abastado de muitas e singulares doutrinas, especialmente para os bens d'alma»²¹. Reproduz, em seguida, Duarte Nunes de Leão, mas a sua informação deve ter sido colhida nos *Annaes das Sciências*, de que o Visconde de Santarém era também colaborador, porque repete, na íntegra, o que diz Cândido José Xavier, copiando-lhe o erro da referência ao capítulo. Depois comenta: «Ora já por este passo nos mostra este célebre Escriptor que elle não vira o *Leal Conselheiro* e só d'elle tinha notícia, e quanto à arte de calvagar, as que tinha ainda erão mais imperfeitas. Explicando-se Duarte Nunes de modo que parece indicar que todas as obras d'El Rei Dom Duarte tinhão sido escriptas em latim, prova que aquelle hábil chronista não conhecera o *Leal Conselheiro*, pois sendo hábil philólogo sem dúvida fallaria mais circunstanciadamente de uma obra que naquelle tempo devia ser já preciosa pela antiguidade e pelo auctor»²².

Devo confessar que desta passagem da *Crónica de D. Duarte* difficilmente se deduz que toda a obra do rei filósofo tenha sido escrita em latim. O próprio ritmo do texto não nos ajuda a chegar a essa conclusão, a que só uma leitura demasiado rápida e desenquadrada conduzirá²³. Este facto mais corrobora a minha ideia de que o Visconde colheu a sua informação nos *Annaes*.

De Frei Bernardo de Brito reproduz o mesmo trecho apresentado por Cândido José Xavier, sem que, igualmente, se detenha sobre o erro do título da

obra, para fazer, depois, o seguinte comentário: «Vários escritores seguirão a autoridade de Fr. Bernardo de Brito, fazendo menção d'aquelles tratados, e convierão que de todos elles nada se sabia que existisse já naquelles tempos em Portugal. Os autores, que se seguirão a estes, souberão apenas a este respeito o que os dous que mencionamos haviam dito. (...) À vista pois do que deixamos dito não resta a menor duvida, que destas duas obras d'El Rei Dom Duarte, que o benemérito editor dá pela primeira vez à luz, os chronistas que mencionamos derão *informações e que de nenhuma d'ellas virão cousa alguma*»²⁴. Para concluir mais adiante: «Pelo que deixamos substanciado se mostra que das duas grandes obras do Senhor Rei Dom Duarte, que vêem pela primeira vez a luz pública neste livro, os nossos escriptores tinham apenas noticias confusas e se não tinham podido descobrir em Portugal, e só se soube pela primeira vez onde paravão pela erudita noticia que d'ellas deo em 1820 um dos benemeritos redactores dos Annaes das Sciências e pela que nós mesmos apontámos em nossa notícia dos Mss. portuguezes da Bibliotheca Real de Paris pelo mesmo tempo inserta nos ditos Annaes»²⁵.

Por fim, o erudito Visconde faz, na p. XIV, uma análise do Códice: «É o códice 7007 um volume de fólio magno escripto em optimo pergaminho (...). Acha-se encadernado em marroquin encarnado com as armas de França, encadernação mandada fazer em tempos modernos que nos prova que este códice pertence ao *fonds du Roi*. Este manuscrito é uma cópia, mas em nosso entender a cópia authêntica que o illustre autor mandou tirar debaixo das suas vistas, é talvez a mesma que dedicou à Rainha Dona Leonor sua esposa»²⁶.

E nas pp. XV e XVI apresenta uma «conjectura» do maior interesse para o estudo do itinerário do manuscrito: «Ignoramos inteiramente quando e por que modo, este precioso Ms. portuguez veio parar a França. A história da peregrinação dos manuscritos é muito curiosa, mas é também mui difficil de fazer. Sejam-nos porém permitido aventurar a este respeito uma simples conjectura, a qual poderá talvez abrir caminho a outros investigadores que tenham mais meios do que nós para resolverem este problema.

«Convencidos como estamos de que o Códice, de que se trata, é o mesmo exemplar que El-Rei dom Duarte dera à Rainha Dona Leonor sua mulher, pois até no fim do *Leal Conselheiro* se lê: D. EDUARDUS, que posto não seja a assignatura autographa, por ser escripto em capitaes gothicas e illuminadas, contudo por esta circunstância, junto às que acima referimos, nos parece não poder duvidar-se de que fôra mui provavelmente esta cópia feita debaixo das vistas do seu grande autor e collacionada com o original. Pensamos pois que não havia cousa mais natural do que esta Princeza tê-lo sempre conservado em seu poder, levando-o assim para Castella quando se retirou para aquelle reino, em

razão dos acontecimentos que sobrevierão depois da morte d'El Rei seu marido; e que depois da morte desta Princeza, ocorrida em Toledo a 19 de Fev. de 1445, o nosso códice passasse para outras mãos, e de Bibliotheca em Bibliotheca viera parar à de Paris».

Joseph Maria Piel, no prefácio à sua edição de *O Leal Conselheiro*, perfilha as opiniões do Visconde de Santarém, para cuja introdução nos remete quanto à existência do original único, oferecido a D. Leonor, mas não responsabiliza a viúva de D. Duarte pelo desconhecimento da obra, nem nos sugere qualquer hipótese, confessando ignorar de que modo o Códice foi parar a Paris e reproduz uma pequena passagem da *Notícia* do prefácio da Edição Rollandiana, na parte em que se refere à possível acção de Colbert²⁷.

Soares Amora que, no capítulo «O Manuscrito; seu destino» da sua obra *El Rei Dom Duarte e o «Leal Conselheiro»*, levantou um primeiro processo de pesquisa da história do manuscrito orientado pelas informações de Cândido José Xavier colhidas na «Notícia» dos *Annaes das Sciências*, aparentemente fica indiferente à «conjectura» do Visconde de Santarém²⁸. Ela, naturalmente, convidá-lo-ia a prosseguir, mas não sabemos até que ponto o autor teria acesso às fontes indispensáveis à investigação.

Como terá sido a «peregrinação» a que, com certo sentido arqueológico, se refere o Visconde de Santarém? Também eu perfillo a hipótese proposta por este autor de que tenha sido pela mão de Leonor de Aragão que a cópia do original autógrafa do *Leal Conselheiro*, assim como a da *Ensinança*, saíram de Portugal.

Quanto tempo depois da morte do autor, terá sido dada a cópia como pronta pelo próprio copista, ou por alguém superiormente encarregado dela? O estado da obra, tal como se apresenta, leva Joseph M. Piel – e eu corroboro essa ideia – a concluir que o autor não lhe deve ter dado uma revisão definitiva²⁹. Se assim não fosse, como justificar certos erros e falhas que o manuscrito apresenta, bem como o facto de os desenhos e ornamentos se encontrarem inacabados?

A quem terá sido entregue, ao sair das mãos do copista?

Desde a morte de D. Duarte, a 9 de Setembro de 1438, até à saída de D. Leonor para a vila de Albuquerque, em terras de Castela, no dia 29 de Dezembro de 1440, aquela Senhora viveu dias de grande agitação, por motivo do litígio em que se empenhou contra o regente D. Pedro. Assim como mandava depositar, a resguardo, todas as suas jóias em Albuquerque, é provável que, igualmente, ali tenha mandado guardar o livro que lhe fora dedicado por seu marido.

Em 1442, em Conselho, é decidida oposição formal ao regresso da rainha e que se lhe restituiria «para que pudesse viver condignamente fora de Portugal, o seu dote e arras e tudo o que aqui tivesse deixado e não pertencesse à coroa,

além de 10 000 dobras de oiro para satisfação dos encargos com aqueles que a serviriam»³⁰.

No mesmo ano, o rei castelhano reuniu Conselho e, entre outras decisões, resolveu-se sobre o que se pediria a Portugal como indemnização, em dinheiro, a favor da rainha-mãe de Portugal. Os embaixadores trouxeram a proposta saída desta reunião, mas D. Pedro nada quis resolver sem consultar as Cortes. Porém, de dia para dia, esta consulta foi adiada pelo regente da Coroa portuguesa.

Nos fins de 1444, «Leonor de Aragão, desamparada pelos irmãos e vendo-se na maior penúria (...) mandava pedir pelo seu capelão ao conde de Arraiolos que patrocinasse uma concórdia com o Regente. Desejava vir a Portugal, não como rainha, mas como 'irmã menor' do Regente, entregando-se à benevolência deste e contentando-se em receber o que lhe parecesse de razão.

«E quando o Regente andava a tratar deste assunto com esperança de uma conclusão chegou-lhe a notícia da morte de Leonor de Aragão, em Toledo, a 19 de Fevereiro de 1445»³¹.

Do que lhe pertencia, o que terá levado D. Leonor?

Tudo faz crer que, se não chegou a receber «o seu dote e arras e tudo o que aqui tivesse deixado e não pertencesse à coroa», pelo menos deva ter levado os livros contendo as obras da autoria de seu marido que eram, já nesse tempo, considerados tão valiosos como as jóias que mandava depositar além-fronteiras³².

Como justificar, igualmente, o real desconhecimento da outra obra de D. Duarte, a *Ensinança*, durante quatro séculos?

E o enigma do destino destes códices persistiria, se não dispuséssemos da informação dada por Alfred Morel Fatio, no prefácio à sua obra *Catalogue des Manuscrits Espagnols et des Manuscrits Portugais*, Imprimerie Nationale, Paris, MDCCCXCII. Na p. XXV diz que o manuscrito *Portugais* 5 veio da Biblioteca de Fontainebleau, depois de ter pertencido à coleção dos reis aragoneses de Nápoles. E nas pp. V e VI informa-nos de que a Biblioteca de Fontainebleau, fundada por Francisco I, foi aumentada, em 12 de Junho de 1544, com todos os manuscritos da Biblioteca de Blois. Esta, que tinha sido propriedade pessoal dos duques de Orléans, recolhera o precioso fundo dos reis aragoneses de Nápoles, criado sobretudo por Afonso I (1435-58) e Fernando I (1458-94), bibliófilos distintos³³. A biblioteca napolitana passou para Blois, ou após a conquista de Carlos VIII (rei em 1483-98), ou após a venda feita a Luís XII³⁴ por Isabel, viúva do rei Frederico III. E conclui esta notícia sobre transferências, informando-nos de que a Biblioteca Real foi transportada de Fontainebleau para Paris, no final do reinado de Carlos IX (1560-74).

Esta notícia vem, pois, dar força à hipótese de as duas obras de D. Duarte terem sido levadas por D. Leonor, incorporadas aos seus «bens» e que, por sua

morte, as terá deixado a seus irmãos ou estes se terão assenhoriado delas. No entanto, outros elementos reforçam a mesma hipótese.

Nos exames que fiz ao códice, nas várias visitas à Biblioteca Nacional de Paris, entre 1973 e 1976, sempre me intrigou uma «sigla» que, embora parecesse uma cota, não deixava de causar estranheza, por se encontrar no último fólio. Solicitando ajuda à Conservadora-chefe do Gabinete de Manuscritos, Mme Denise Bloch, esta, após ter observado a referida «sigla» – um C maiúsculo seguido de XV e tudo a terminar numa «sinalefa» semelhante a uma clave de sol, aberta na base – revelou-me, entusiasmada, que se tratava de um tipo de cota que aparece nos manuscritos aragoneses da Biblioteca de Nápoles.

Por notável coincidência, Mme Bloch interessa-se por manuscritos aragoneses, a eles tendo dedicado uma aturada investigação³⁵. Foi por orientação desta Senhora que pude consultar a maior parte dos códices aragoneses existentes naquela Biblioteca. E todos aqueles a que tive acesso, assim como os que vêm registados na obra de De Marinis, têm sempre a «sigla» no canto inferior direito do último fólio escrito. No *Leal Conselheiro* também está no último fólio escrito, que é o 128, já pertencente à *Ensinança* cujo texto principia no fol. 99. Deste facto concluo que, já em Nápoles, os dois manuscritos deviam estar encadernados num só volume. Tanto no inventário de Blois, como no de Fontainebleau, não há indicação alguma para a *Ensinança*, por já deverem estar juntos. De contrário, a outra obra de D. Duarte traria a designação de alguma cota e o códice não mostra, em qualquer dos seus fólhos, o mínimo sinal de lhe ter sido escrita.

E embora fundamentados na informação dada por Morel Fatio de que o «ms. Portugais 5» pertencera à Biblioteca dos reis aragoneses de Nápoles, a verdade é que o autor não registou qualquer identificação codicológica.

Assim, chegámos à constatação de que o códice contendo o *Leal Conselheiro* e a *Ensinança de bem cavalgar* possui uma cota aragonesa sem que, até aquele momento, a própria Conservadora-chefe ou os outros Conservadores daquela Biblioteca o suspeitassem.

Porém, retomando Morel Fatio: «De cette ancienne bibliothèque Fontainebleau le fonds portugais n'a tiré *qu'un seul manuscrit*³⁶ originaire, du reste, de la collection des rois aragonais de Naples: n.º 5 [1]». Mas já nas pp. V e VI, o autor, depois de se referir ao precioso fundo, propriedade dos reis aragoneses de Nápoles, diz: «M. Delisle a posé des règles d'après lesquelles on peut reconnaître les manuscrits provenant de Naples: parmi ceux qui font aujourd'hui partie du fonds espagnol, il en a remarqué un certain nombre qui avaient appartenu à Pietro di Guevara, grand sénéchal de Ferdinand I, et avaient été ensuite confisqués au profit de ce prince: n.ºs 46, 58, 70, 71³⁷, 72, 205 et 246, ainsi qu'un autre passé dans les mêmes conditions, à la bibliothèque de Naples, après avoir

été la propriété de Girolamo Sanseverino, prince de Bisignano: n.º 55», sem fazer referência expressa ao nosso códice.

Léopold Delisle, in *Mélanges Graux*³⁸, dá informações precisas que vêm completar toda esta pesquisa: «Cette bibliothèque [des rois aragonais de Naples] qui jouissait d'une grande et légitime considération parmi les lettres de la Renaissance fut en grande partie, l'oeuvre de Ferdinand I qui occupa le trône de Naples depuis l'année 1458 jusqu'en 1494. Il est possible que Charles VIII s'en soit fait livrer une partie, lors de la conquête du royaume de Naples en 1495; nous savons, en effet, qu'il rapporta de Naples et fit déposer au château d'Amboise onze cent livres imprimés ou manuscrits les uns sur papier, les autres sur parchemin (1) [1 – Le fait est attesté par un inventaire du mobilier d'Anne de Bretagne (...)] Mais la partie la plus considérable du roi Ferdinand resta entre les mains de ses héritiers. Le dernier roi de la dynastie aragonaise, Frederic III, la fit transporter en France où il vint terminer sa vie à Tours le 9 Novembre 1504. (...) Une portion plus considérable de la librairie de Naples fut vendu à Louis XII par la veuve du roi Frederic. Cette vente, dont le souvenir était complètement effacé en France, nous a été récemment révélée par la publication à Naples d'un journal du Cardinal d'Aragon. On y voit que, dans une visite au Château de Blois, en 1517, le cardinal remarqua les livres du roi Ferdinand, achetés, disait-il, de l'infortunée reine Isabelle après la mort du roi Frédéric (...) Nous n'avons point le catalogue des livres que la reine Isabelle vendit à Louis XII.

«J'ai indiqué ailleurs – *Le Cabinet des Manuscrits* I, p. 218, les signes d'après lesquels on peut reconnaître, à la Bibliothèque Nationale, plus de 256 manuscrits qui viennent de la librairie de Naples, dont beaucoup peuvent être cités parmi les chefs – d'oeuvre de l'art italien du XV^e siècle»³⁹.

Depois, para além destas particularidades, a propósito dos manuscritos da biblioteca de Nápoles, apresenta outras sete que lhe foram reveladas pelo exame feito aos impressos que lhe deram uma luz, ainda mais completa, sobre os caracteres distintivos dos volumes que pertenceram à dinastia aragonesa. As duas últimas são as que nos interessam: «VI – Des cotes ou des notes mises par des mains italiennes et rappelant: soit un numéro d'ordre ou de placement⁴⁰. VII – Des cotes tracées probablement par une main française et composée d'un nombre en chiffres romains, soit seul, soit précédé de la lettre A ou de la lettre B et généralement suivi d'un parafe ayant une certaine analogie avec un grand 8 ouvert par le bas».

E a identificação fica completa: um só manuscrito com o n.º 71 (N LXXI) – e com a cota aragonesa CVI 8 no último fôlio do códice, subsistindo ainda uma dúvida quanto à letra C, porque todas estas cotas eram precedidas, como nos

elucida L. Delisle, pelas letras A ou B. A própria Mme Bloch no seu artigo *Nota per I Codici Latini*, p. 9⁴¹, diz apenas «cotes en chiffres romains précédés d'une lettre sur le premier feuillet ou à la fin du volume accompagnés du signe δ » sem referir a frequência do A, do B ou, eventualmente, do C, e sem que se saiba, exactamente, o que significam estas letras, supondo-se que seja, provavelmente, uma indicação de catalogação ou de preço. No entanto, na obra de Tammaro de Marinis tanto no primeiro como no segundo tomos, nas vinte e uma fotografias que reproduzem a cota aragonesa, vemos que nenhuma era precedida de C, dezanove eram-no por um *a* maiúsculo ou minúsculo (na maioria dos casos) e uma por *d* e outra por *B*.

Quanto ao percurso, em França, do códice de que estamos tratando, atestam-no, em parte, os *Anciens Inventaires et Catalogues de la Bibliothèque Nationale*, de Henri Omont⁴². O tomo I, *La Librairie Royale à Blois, Fontainebleau et Paris, au XVI^e Siècle*, datado de 1908, contém o texto dos três primeiros inventários e catálogos da Biblioteca dos reis de França, sucessivamente conservadas nos três locais referidos. Assim, no primeiro inventário: «I Répertoire alphabétique de la librairie royale au château de Blois» redigido pelo capelão de Francisco I, em 1518 não traz qualquer indicação. Mas, no II inventário da mesma biblioteca «lors de son transfert au château de Fontainebleau (1544)», na p. 250, sob o n.º 1719 vem «Ung autre, en parchemyn, en langaige de Porthugal et Cathelan, intitulé 'Leal cum Segero' couvert de cuir vert» sem qualquer referência à *Ensinança* até ao n.º 1745 com que termina esta lista de livros em espanhol, catalão e italiano, embora no número deles figurem alguns livros de montaria. Para além da informação errónea de ser escrito em «langaige (...) Cathelan», não oferece qualquer indicação de proveniência. Mas, é assim a primeira vez que é citado o nosso códice, neste inventário de 1544. Na terceira parte deste mesmo tomo, *Catalogues des bibliothèques du roi à Paris* (haute et basse librairie et bibliothèque de la reine mère, Catherine de Médicis les deux premiers rédigés, sans doute par Jean Gosselin dans la seconde moitié au XVI^e siècle et le troisième dressé en 1599 (...)) na p. 388, na secção *Catalogue des Théologiens Espagnols* aparece, com o n.º 2580 «Loyal conseiller traitant de diverses questions spirituels». E, novamente, a omissão da *Ensinança*.

No tomo II⁴³, *La Bibliothèque Royale à Paris, au XVII^e siècle*, na p. 1 *Premier Catalogue de la Bibliothèque du Roi* por Nicolas Rigault (1622) tratando, de uma maneira geral, apenas de livros em Latim e Grego. No *Second Catalogue de la Bibliothèque du Roi*, par Nicolas Rigault, na p. 261 previne: «on trouvera à la suite de ce dernier catalogue la liste dressé par Rigault et Hautin des manuscrits de Jean et Philippe Hurault entrés à la Bibliothèque du roi en 1622, au moment de l'achevement du catalogue». Após uma sequência de títulos, sem distinção de

temas ou línguas em que estão escritos, vemos, na p. 268, sob o n.º 132: «Le Livre intitulé 'Leal Conseilleiro' fait par dom Edouard, en langage portugais», sem qualquer referência à *Ensinança*.

No tomo III⁴⁴, *La Bibliothèque Royale à Paris, au XVII^e siècle*, Catalogus librorum manuseriptorum latinorum recentiorum, Galliorum, Italicorum et Hispanicorum Bibliothecae Regiae – Pars Secunda (...) opera et studio Petri Puteani et Jacobi Puteani, hoc anno 1645), a p. 22, sob o n.º 378, lê-se: «Leal Conselheiro o qual fez Dom Eduarte, rey de Portugal, a requerimento da dona Leonor regina, sua mólher», omitindo, uma vez mais, a presença do ms. da *Ensinança*.

No tomo IV⁴⁵, *La Bibliothèque Royale à Paris, au XVII^e siècle*, no cap. VIII (que é a continuação do tomo III) *Librorum Manuscriptorum Bibliothecae Regial* [Auctore Nicolae Clement – 1682] Libri Gallica, Italica et Linguis Vulgaribus Scripti na página 15, da secção *Livres Italiens, Espagnols, Allemans, Anglois*, in-folio magno, sob o n.º 7007 lê-se: «Leal Conselheiro, o qual fez dom Eduarte, rey de Portugal, a requerimento de dona Leonora, regina, sua molher. (R. II,378)» sem que, uma vez mais, se faça referência ao *Livro da Ensinança de bem cavalgar toda sela*.

Esta omissão só pode ser devida a três causas, por parte de quem procedia ao inventário e à catalogação dos livros: à apresentação, sempre, sob a forma de um só volume; à ignorância da língua que, por sua vez, seria responsável pela falta de curiosidade em procurar perceber a razão da existência de dois fólhos⁴⁶ pautados e não escritos, entre os dois manuscritos, e, por último, à circunstância de o volume ter, no início, a «Tavoa deste livro que se chama Leal cõsselheiro» e o *Livro da Ensinança* ter ficado privado de Tábua – esta omissão, repito, contribuiu para o desconhecimento do primeiro tratado de equitação da literatura europeia, como muito bem o classifica Joseph Maria Piel⁴⁷.

No manuscrito do *Leal Conselheiro*, de todas as cotas referidas nos inventários supramencionados, só estão registadas, no fólho 5 que é o da «Tavoa», as dos inventários de 1622, de 1645 e de 1682. A primeira, 132, está escrita por extenso «cent trente deux» riscada diagonalmente, pela mesma mão que escreveu a segunda, 378, em algarismos árabes, e, por baixo desta, está a cota 7007. A actual cota, *Portugais 5*, é de um inventário de 1860, como nos elucida Morel Fatio, na obra citada.

Podemos, enfim, apresentar as seguintes conclusões:

1. Embora houvesse notícia da existência desta obra de D. Duarte⁴⁸, ninguém a viu ou leu desde que saiu das mãos do copista, até à sua descoberta, na Biblioteca Real de Paris, primeiro pelo Abade Correa da Serra e, depois, pelo Visconde de Santarém⁴⁹.

2. É praticamente certo que só tenha existido um único manuscrito, eventualmente retirado do *scriptorium* por D. Leonor a quem o autor dedicara a obra⁵⁰, e levado por ela, para a vila de Albuquerque, em 1440, quando abandonou o reino.

A viúva de D. Duarte deve ser, igualmente, responsável pela saída da outra obra do monarca, *O Livro da Ensinança*, também inacabada e que, a breve trecho, terá sido acoplada ao *Leal Conselheiro*.

3. O manuscrito terá entrado na posse dos irmãos da rainha, os príncipes de Aragão, os infantes Henrique e João, ou por venda, se tivermos em conta a informação do historiador quanto à situação económica de Dona Leonor⁵¹, ou, após a sua morte, em 1445, o terão herdado.

4. Sendo propriedade da corte aragonesa, o manuscrito do *Leal Conselheiro* veio a integrar a Biblioteca dos reis Aragoneses, em Nápoles, como o prova a cota em algarismos romanos, acompanhada do sinal em forma de oito. Esta cota, por mim identificada, foi confirmada por Mme Denise Bloch, Conservadora-chefe da Secção de Manuscritos da Biblioteca Nacional.

5. Terá saído da biblioteca aragonesa quer por ocasião da conquista de Nápoles por Carlos VIII, em 1495, quer por venda feita pela viúva de Frederico III, último rei daquela dinastia, a Luís XII, passando o nosso manuscrito a pertencer à Biblioteca dos reis de França, então em Blois, depois de 1504.

6. Se ainda não consta do I repertório alfabético da Biblioteca de Blois, datado de 1518, já vem registado, com o n.º 1719, no inventário de 1544, da mesma biblioteca, quando da sua transferência para o castelo de Fontainebleau.

7. E já sabemos da sua existência na Biblioteca Real de Paris, por um dos catálogos, redigidos por Jean Gosselin, na segunda metade do século XVI, onde o *Leal Conselheiro* vem registado sob o n.º 2580.

Razão tinha o Visconde de Santarém quando conjecturava que Leonor de Aragão tivesse levado consigo a obra que seu marido lhe dedicara e que após «a morte desta Princeza (...) o nosso códice passasse para outras mãos, e de Bibliotheca em Bibliotheca viera parar à de Pariz». Parece, pois, não restarem dúvidas quanto à responsabilidade da viúva de D. Duarte pela saída das suas obras de Portugal e pela «viagem» que a seguir efectuaram, provavelmente sempre unidas, até à sua chegada à Biblioteca Nacional de Paris, no século XV-XVI.

¹ No incipit, fol. 3r: «Começasse o trautado que se chama leal cõsselheiro»; e no título da Tábua: «Tavoa deste livro que se chama Leal Cõsselheyro».

- ² A Prof.^a Luciana Stegagno Picchio, que presidia à sessão de 25 de Julho de 1977 do XV Congresso Internacional de Linguística e Filologia Românicas no Rio de Janeiro, onde apresentei a comunicação «Subsídios para a justificação do real desconhecimento do manuscrito do *Leal Conselheiro* até ao século XIX», refutou esta hipótese do manuscrito único, argumentando com a lei da bipartição de Bédier. No entanto, não me parece ser de considerar a teoria bederiana, atendendo ao objectivo de um texto como o do *Leal Conselheiro*. (As actas do Congresso nunca foram publicadas.)
- ³ A partir da obra de Leopold Delisle de 1868 (ver mais adiante) há uma hipotética justificação, embora não divulgada, para a sua presença na Biblioteca Nacional de Paris, e os mais antigos inventários das bibliotecas reais francesas, quando lhe referem a existência, omitem a sua proveniência.
- ⁴ A edição da Typographia Rollandiana (sem designação de autor) de Lisboa, com data de 1843; a de José Inácio Roquete, impressa em Paris por J. P. Aillaud com data de 1842, no frontispício, mas com data de 1843 na introdução e com um prefácio e algumas notas do Visconde de Santarém; e a de Joseph Maria Piel, com data de 1942, impressa na Livraria Bertrand.
- É desnecessária qualquer referência às outras duas edições do *Leal Conselheiro*: a de Manuel Lopes de Almeida, publicada in Colecção Tesouros da Literatura e da História no volume *Obras dos Príncipes de Avis*, por Lello Irmãos, Porto, 1981, e a de João Morais Barbosa, *Leal Conselheiro, actualização ortográfica, introdução e notas*, Imprensa Nacional - Casa da Mocda, 1982 – porque a primeira segue, de maneira fidelíssima, a leitura de Piel (sem que J. M. de A., autor da introdução, faça qualquer alusão ao facto) e porque na segunda, no § 6 da Introdução, o seu autor declara, expressamente, que se serviu não só da edição de Piel de que reproduz, igualmente, «numerosas notas», mas também da edição Rollandiana.
- ⁵ Inocêncio Francisco da Silva, *Dicionário Bibliographico Portuguez*, Imprensa Nacional, Lisboa, 1859, tomo II, p. 204.
- ⁶ Na realidade, não consta no art. 299, mas sim no 2099.
- ⁷ Léon Bourdon estuda este assunto in «Question de Priorité Autour de la Decouverte du manuscrit du *Leal Conselheiro*», vol. XIV dos *Arquivos do Centro Cultural Português*.
- ⁸ Biblioteca da Academia das Ciências, ms. 141A.
- ⁹ Na p. 329 de *O Leal Conselheiro* da Typographia Rollandiana lê-se: «Acabado de copiar em 14 de Maio de 1830 = Bibliotheca Real de Paris», sem qualquer identificação de autoria. E no exemplar desta edição, existente na Biblioteca Nacional de Lisboa, Secção de Reservados, na última p. e escrito a lápis, por mão anónima, pode ler-se: «feito pelo Barão de Vila Nova de Foz-Côa».
- ¹⁰ A falta de caldeirões (com frequência a partir do fol. 61v), a interrupção de letras «à cadels» (do fol. 17v em diante), as duas «rodas» para saber as horas, que não foram desenhadas e para uma das quais o copista deixou espaço no fol. 95r, podem ser disso testemunho.
- Também o facto de não figurar na lista dos livros «que tinha El Rey» registados no ms. 3390 da Biblioteca Nacional de Lisboa, fol. 163, onde, curiosamente o último título é *Livro do cavalgar que El Rey D. Duarte copilou*, nos deixa a mesma convicção (notícia retirada de J. M. Piel, *l.c.*, pp. 414-16).
- ¹¹ «Notícia do Manuscrito. Extrahida dos Annaes das Sciências, das Artes e das Lettras, tomo 8.º e 9.º». Torna-se evidente que esta Notícia foi elaborada com base nos artigos de Cândido José Xavier publicados nos referidos tomos, de 1820, respectivamente nas pp. 4-35 e 99-121 (*Annaes das Sciências, das Artes e das Lettras* por uma sociedade de Portuguezes residentes em Paris. Director: J. D. Mascarenhas – Rue des Grands-Augustins, n.º 5, à Paris. Impresso por A. Bobié, impressor da Sociedade Real Academica das Sciências de Paris).
- ¹² *Leal Conselheiro*, Typographia Rollandiana, Lisboa, 1843, pp. V-VI.
- ¹³ Duarte Nunes de Leão, *Crónicas d'el-rei D. João de gloriosa memória, o primeiro deste nome e as dos reis de Portugal D. Duarte e D. Afonso o V*, Lisboa, António Alvarez, 1643.
- Não é no capítulo XIX, mas no XX e último da parte da obra dedicada a D. Duarte, que o autor faz o «retrato» do rei cuja morte é descrita no capítulo anterior.

- ¹⁴ *Leal Conselheiro*, Typographia Rollandiana cit., p. IV.
- ¹⁵ *Ibid.*, p. V.
- ¹⁶ *Ibid.*, p. V; itálico meu.
- ¹⁷ Itálico meu.
- ¹⁸ *Ibid.*, pp. VI-VII.
- ¹⁹ Porém, em notícia, então inédita, reproduzida por Paulin Paris in *Les Manuscrits François de la Bibliothèque du Roi*, III, Paris, 1840, pp. 335-43, onde faz, não só uma descrição do manuscrito, mas também comentários de carácter literário e cultural, o Visconde de Santarém diz o seguinte: «Ce prince célèbre composa un grand nombre d'ouvrages dont on trouve quelques-uns à la bibliothèque de la Chartreuse d'Evora. Si l'on en doit croire Barboza, l'auteur de la *Bibliothèque Lusitana*, on ne trouve en Portugal que onze compositions sorties de la plume de ce souverain, lesquelles furent recueillies dans un livre qui a pour titre *Memorias Varias*. Le père Souza en publia quelques-unes dans son inestimable *Trésor*» e aí já refere «mais les grands ouvrages de ce monarque n'ont pas été jusqu'à présent découverts en Portugal, malgré les recherches suivies des savants depuis plus de deux siècles». (A informação desta notícia foi-me dada pelo Prof. Ivo Castro).
- ²⁰ Em 1842, a cota era ainda 7007.
- ²¹ Ruy de Pina, *Chronica d'el rei D. Duarte*, Lisboa da Tipographia Melo Azevedo, 1901, cap. III.
- ²² *Leal Conselheiro* (...) Fielmente Tradadado (...) e Impresso à custa de J. I. Roquette, Presbytero, J. P. Aillaud, Paris, 1843.
- ²³ Duarte Nunes de Leão, *Crônicas del-rei D. João de gloriosa memoria o primeiro deste nome e as dos reis de Portugal D. Duarte e D. Afonso o V*, António Alvarez, Lisboa, 1643, Introdução, p. VII.
- ²⁴ Itálico meu.
- ²⁵ *Annaes das Sciências*, tomo XV, Parte Segunda, pp. 20-21: «Códicc 7007: Este códice contem Leal Conselheiro (...). A brilhante e erudita análise que o Sr. Cândido Xavier publicou da preciosidade deste códice nos tomos VIII e IX dos *Annaes das Sciências* me dispensa de tratar dele».
- ²⁶ «[Dom Duarte] Casou (como está dito na vida del Rey Dom João seu pai) com a Infanta D. Leonor, filha del Rey Dom Fernando I de Aragão, irmão del Rey Dom Affonso de Napoles o Sabio e dos outros Infantes de Aragão tão celebrados (...)» (Duarte Nunes de Leão, *Crônica e Vida del Rey Dom Duarte*, Lisboa, 1780, cap. XX).
- ²⁷ Joseph M. Piel, *Leal Conselheiro*, Lisboa, Livraria Bertrand, 1942, pp. XX-XXI. É surpreendente que ainda reproduza a «hipótese Colbert», quando em 1892 foi publicada a obra de Morel Fatio a que nos referiremos a seguir. As «negociações» para a execução e pagamento das fotografias do manuscrito, em Paris, foram feitas por intermédio do Prof. Le Gentil e começaram em 1934. As referidas fotografias – só do ms. do *Leal Conselheiro*, por questões de dificuldade de verba – chegaram a Coimbra em Janeiro de 1935. O Prof. Piel começou o seu trabalho de edição crítica em Março de 1936 para, um ano depois, comunicar ao Prof. Agostinho de Campos «que o manuscrito da edição estava pronto para entrar no prelo». A edição foi aprovada por despacho ministerial de 5 de Outubro de 1938. O Prof. Agostinho de Campos termina a notícia da «Origem e motivos» da edição informando que em 29 de Novembro de 1935 foi aprovado pela Junta de Educação Nacional que se mandasse executar a cópia fotográfica de *O Livro da Ensinança de bem cavalgar todo sela* (op. cit., pp. V, VI, VII e VIII).
- ²⁸ *El Rei Dom Duarte e o Leal Conselheiro*, in «Boletim da Faculdade de Filosofia e Letras», São Paulo, 1948, pp. 70-73.
- ²⁹ *Ibid.*, p. XXI.
- ³⁰ Ângelo Ribeiro, in *História de Portugal*, Barcelos, vol. III, p. 83.
- ³¹ *Ibid.*, p. 84.
- ³² «Os particulares legavam-nos [os livros] como jóias entre os mais valiosos bens» (António José Saraiva, *A Cultura em Portugal*, livro II, Livraria Bertrand, Lisboa, 1983, p. 42).

- ³³ Afonso I de Nápoles é «Dom Affonso de Nápoles, o Sábio» de que nos fala Duarte Nunes de Leão (cfr. nota 26). Fernando I, seu filho natural que lhe sucedeu, era primo de Dona Leonor.
- ³⁴ Este monarca foi quem primeiro organizou a biblioteca de Blois, e foi de Milão que trouxe o maior número de manuscritos. Porém, segundo a opinião de Mme Denise Bloch, o códice terá vindo, mais provavelmente, com Carlos VIII e não comprado por Luís XII, pois este monarca punha, sempre, a sua marca nos livros que adquiria e o códice do *Leal Conselheiro* não a tem. Se foi trazido pelo primeiro, o nosso manuscrito pertencia aos reis de França desde finais do século XV.
- ³⁵ Um importante artigo de Mme Bloch in Tammaro de Marinis, *La Biblioteca Napoletana dei Re d'Aragona*, Suplemento al concorso de Denise Bloch, Charles Astruc, J. Monfrin, Verona, Stamperia Valdonega, MCMLXIX, está na origem da minha incipiente «iniciação» em «aragoneses».
- ³⁶ Itálico meu.
- ³⁷ Na p. 247, depois de uma breve análise do códice em que descreve 1 *O Tautado* e 2 *O Lyvro*, termina: «(Classement de 1860, n.º 5, ancien fonds, n.º 7007)», sem qualquer referência ao N LXXI, que deve ser o manuscrito 71 que consta desta lista.
- ³⁸ Léopold Delisle, *Mélanges Graux*. Recueil de travaux d'Erudition classiques dédié à Charles Graux. Tiré à part – Note sur les Anciennes Impressions des *Classiques Latins* et d'Autres auteurs conservés au XV^e siècle dans la Librairie Royale de Naples – Paris, Ernest Thorin, Editeur, 1884, pp. 245-47.
- ³⁹ Léopold Delisle, *Histoire Generale de Paris*, Collection de Documents – Le Cabinet des Manuscrits de la Bibliothèque National de Paris, Imprimerie Impériale, Paris, MDCCCLXVIII. Referindo-se ao «Fonds Espagnol», regista apenas seis títulos; nem o *Leal Conselheiro* nem a *Ensinança* aí são mencionados.
- ⁴⁰ O que deve ser o caso de N LXXI escrito «por mão italiana» no topo superior esquerdo do primeiro fólio pautado.
- ⁴¹ In Tammaro de Marinis, *La Biblioteca Napoletana Dei Re D'Aragona*. Suplemento al Concorso di Denise Bloch, Charles Astruc, Jacques Monfrin, Verona, Stamperia Valdonega, 1969.
- ⁴² Henri Omont, *Anciens Inventaires et Catalogues de la Bibliothèque Nationale*, Ernest Leroux Editeur, 28 rue Bonaparte, Paris, VI 1908.
- ⁴³ Tome II, Ernest Leroux Editeur, Paris, 1909.
- ⁴⁴ Tome III, id., 1910.
- ⁴⁵ Tome IV, id., 1913.
- ⁴⁶ O texto termina na linha 8 da segunda coluna do fol. 96 com a palavra *Amen* seguida de «A Deus Graças», ficando as restantes 31 linhas por preencher. A seguir os fólhos 97 e 98, perfeitamente pautados, não têm qualquer palavra escrita. No fólio 99, na 4.^a linha da primeira coluna, «Começasse o livro da Ensinança de bem cavalgar toda sela».
- ⁴⁷ Joseph Maria Piel, *Livro da Ensinança de Bem Cavalgar toda Sela que fez El-Rey Dom Eduarte*, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1986, p. VIII.
- ⁴⁸ Pelos textos dos cronistas citados e pelos testemunhos dispersos dos escritos anteriormente existentes (por exemplo *Livro Chamado da Cartuxa d'Évora*, Excertos do *Leal Conselheiro* existentes em dois códices da Biblioteca Nacional de Lisboa, cod. Alc.385 e Cod. 9164).
- ⁴⁹ A carta do Abade é de 1804 e o Visconde exilou-se, para Paris, em 1834, após a Convenção de Évora-Monte.
- ⁵⁰ «Muito prezada e amada Rainha Senhora: vós me requerestes que juntamente vos mandasse escrever algumas cousas que havia scriptas per boo regimento de nossas consciencias e vontades. E (...) satisfazendo a vossa desejo consiirei que seria melhor feito em forma de uu soo tratado com alguns adimentos. E assi o fiz por vos complazer», *Leal Conselheiro*, Prolego, fol. 3a.
- ⁵¹ Cfr. nota 31.

- Almeida, Manuel Lopes de, *Leal Conselheiro*, Obras dos Príncipes de Avis, Lello e Irmão, Editores, Porto, 1981, pp. 237-442.
- Amora, Soares, *El Rei Dom Duarte e o Leal Conselheiro*, Boletim da Faculdade de Filosofia e Letras, São Paulo, Brasil, 1948.
- Barbosa, João Morais, *Leal Conselheiro*, actualização ortográfica, introdução e notas. Lisboa, Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1982.
- Bourdon, Léon, *Question de Priorité Autour de la Découverte du manuscrit du Leal Conselheiro*, Arquivos do Centro Cultural Português, Paris, vol. XIV.
- Delisle, Leopold, *Histoire Générale de Paris*, Collection de Documents – Le Cabinet des Manuscrits de la Bibliothèque National de Paris, Imprimerie Impériale, Paris, MDCCCLXVIII.
- *Mélanges Graux*. Recueil de travaux d'Erudition classiques dédié à Charles Graux. Tiré à part – Note sur les Anciennes Impressions des *Classiques Latins* et d'Autres auteurs conservés au XV^e siècle dans la Librairie Royale de Naples, Ernest Thorin Editeur, Paris, 1884.
- Fatio, Alfred Morel, *Catalogue des Manuscrits Espagnols et des Manuscrits Portugais*, Imprimerie Nationale, Paris, MDCCCXCII.
- Inocência Francisco da Silva, *Dicionário Bibliográfico Português*, Imprensa Nacional, Lisboa, 1859.
- Leal Conselheiro*, José Inácio Roquete, J. P. Aillaud, Paris, 1842.
- Leal Conselheiro*, Tipographia Rollandiana, s.n., Lisboa, 1843.
- Leão, Duarte Nunes de, *Crônicas del rei D. João de Gloriosa Memória, o I deste nome e as dos reis de Portugal, D. Duarte e D. Afonso o V*, António Alvarez, Lisboa, 1643.
- Manuscrits Enluminés de la Péninsule Ibérique*, François Avril, Jean Pierre Aniel, Mireille Mentré, Alix Saulnier e Yolanta Zaluska. Bibliothèque Nationale, Département des Manuscrits, Centre de Recherches sur les Manuscrits Enluminés, Bibliothèque Nationale, Paris, 1983.
- Marinis, Tammara de, *La Biblioteca Napoletana Dei Re D'Aragona*. Suplemento al Concorso di Denise Bloch, Charles Astruc, Jacques Monfrin, Verona, Stamperia Valdovona, 1969.
- Omont, Henri, *Anciens Inventaires et Catalogues de la Bibliothèque Nationale*, Ernest Leroux Editeur, Paris, tomos I, 1908, II, 1909, III, 1910, e IV, 1913.
- Picl, Joseph Maria, *Leal Conselheiro o qual fez Dom Duarte*, Edição crítica e anotada, Livraria Bertrand, Lisboa, 1942.
- *Livro da Ensinança de Bem Cavalgar Toda Sela que fez El Rey Dom Eduarte*, Edição crítica, Imprensa Nacional - Casa da Moeda, Lisboa, 1986.
- Pina, Ruy de, *Chronica d'El-Rei D. Duarte*, Lisboa, s.n., 1901.
- Revista Universal Lisbonense*, Imprensa Nacional, Lisboa, vol. III da 1.^a serie, 1843-44.
- Ribeiro Ângelo, in *História de Portugal*, Portucalense Editora, Barcelos, MCMXXI, vol. III, cap. V.
- Saraiva, António José, *A Cultura em Portugal*, II, Livraria Bertrand, Lisboa, 1983.
- Serra, Abade Correa da, *Leal Conselheiro*, cópia manuscrita, ms. 141A da Academia das Ciências.